



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

RAÍSSA LEBRÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA TURCI

Ser Trans
A vida de travestis e transexuais
em Florianópolis

RELATÓRIO TÉCNICO
do *Trabalho de Conclusão de Curso*
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pela Prof^a. Gislene Silva
no primeiro semestre de 2015
Orientador: Prof. Mauro César Silveira

Florianópolis
Julho de 2015

Ficha do TCC

FICHA DO TCC		Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2015.1			
ALUNO (A)	Raíssa Lebrão Rodrigues de Oliveira Turci			
TÍTULO	Ser Trans: histórias de vida de travestis e transexuais em Florianópolis			
ORIENTADOR	Mauro César Silveira			
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso		
	<input type="checkbox"/>	Rádio		
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo		
	<input type="checkbox"/>	Foto		
	<input type="checkbox"/>	Web site		
	<input type="checkbox"/>	Multimídia		
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica		
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional		
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)		
	<input type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem(<input checked="" type="checkbox"/>) livro de perfil ()	<input checked="" type="checkbox"/> Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul	
ÁREAS	Jornalismo, livro-reportagem, gênero, transexuais, travestis			
RESUMO	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso, um livro-reportagem, pretende contar como é a vida de travestis e transexuais em Florianópolis. Esse grupo sofre preconceito cotidianamente e enfrenta inúmeras dificuldades para encontrar emprego, moradia, conviver em sociedade e modificar o corpo. O Brasil é o país onde mais travestis e transexuais são assassinadas no mundo e ainda não há políticas públicas em grande escala direcionadas a essas pessoas. Quando abordadas na imprensa, geralmente estão em notícias de homicídios, prostituição e morte por aplicações de silicone industrial. No entanto, raramente se conta suas histórias de vida desde a infância e adolescência, uma das fases mais difíceis para transgêneros, com maior número de tentativas de suicídio, depressão, jovens expulsos de casa e discriminados na escola. O livro está dividido em cinco capítulos que tratam de cinco diferentes temas: 1)</p>			

	<p>Infância e adolescência; 2) Prostituição; 3) Aplicação de silicone industrial; 4) Shows como <i>drag queens</i> 5) Processo transexualizador pelo SUS. Cada capítulo conta a história de uma pessoa que é representativa de uma das fases da vida, problemas e vitórias vividas por travestis e transexuais.</p>
--	---

*“Quando eu te encarei frente a frente e não vi o meu rosto
Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto
É que Narciso acha feio o que não é espelho
E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho
Nada do que não era antes quando não somos mutantes
E foste um difícil começo
Afasto o que não conheço
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso.”*

Caetano Veloso

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Fátima Turci e José Roberto Turci, por terem me proporcionado a oportunidade de estudar na UFSC e, por mais distantes do jornalismo e do tema que estivessem, pela leitura atenta, interessada e crítica.

Ao meu irmão Igor Turci e cunhada Thalita Souza pelo apoio e também pela leitura atenta e crítica.

Às minhas avós, Marília Rodrigues e Maria Aparecida Turci, que passaram por dificuldades de saúde neste semestre e, ainda assim, e também por isso, me deram força.

À minha tia Zélia Teodoro da Silva, minha segunda mãe, por todo o carinho e por ser meu eterno exemplo de garra.

À Red Nedel pela generosidade e disponibilidade em ajudar e compartilhar textos que foram muito importantes e esclarecedores.

À Luana Marques pelas belíssimas ilustrações e preço extremamente camarada.

À Rosângela Menezes pela preocupação, conselhos e dicas todos esses anos.

Ao orientador Mauro César Silveira pelas sugestões, auxílio e leitura crítica.

À Bianca Bertoli, Gabriela De Toni, Isadora Castanhel, Janine Silva, Poliana Dallabrida e Thaís Ferraz pelas frequentes conversas que sempre me fazem amadurecer, pelas risadas, pelo carinho e preocupação.

À Aline Lima e Luan Martendal pelas noites divertidas, pela revisão, pelo carinho, incentivo e por acreditarem em mim de maneira assustadora.

À Alice da Silva pela diagramação, pelo escritório, pelas caronas, pelo companheirismo e presença ininterrupta em todos os momentos.

Ao meu companheiro Eduardo Augusto de Souza por ser sempre meu maior amigo, pelo incentivo e força diários, pela eterna paciência, pela ajuda em tudo que lhe foi possível e pelo amor que dedica a mim.

A todas as pessoas que se dispuseram a ser entrevistadas e dividir suas histórias, sofrimentos e vitórias. Sem elas o trabalho não seria possível e é para elas, em última instância, que o fiz.

SUMÁRIO

1. RESUMO	12
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA	14
2.1 CONTEXTO.....	14
2.2 CONCEITOS	15
2.3 DESAFIOS E DISCRIMINAÇÃO.....	20
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS.....	25
3. JUSTIFICATIVA DO TEMA E DA MÍDIA IMPRESSA	27
4. PROCESSO DE PRODUÇÃO	30
4.1 PRÉ-APURAÇÃO.....	30
4.2 APURAÇÃO	30
4.2.1 FONTES	34
4.3 REDAÇÃO	36
4.4 FORMATO E DIAGRAMAÇÃO.....	39
4.5 EDIÇÃO E REVISÃO	40
4.6 ANEXO.....	40
4.7 ILUSTRAÇÕES.....	40
5. CUSTOS	41
6. DIFICULDADES E APRENDIZADOS	42
7. REFERÊNCIAS	44

1. RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, um livro-reportagem, pretende contar como é a vida de travestis e transexuais em Florianópolis. Esse grupo sofre preconceito cotidianamente e enfrenta inúmeras dificuldades para encontrar emprego, moradia, conviver em sociedade e modificar o corpo. O Brasil é o país onde mais travestis e transexuais são assassinadas no mundo e ainda não há políticas públicas em grande escala direcionadas a essas pessoas. Quando abordadas na imprensa, geralmente estão em notícias de homicídios, prostituição e morte por aplicações de silicone industrial. No entanto, raramente se conta suas histórias de vida desde a infância e adolescência, uma das fases mais difíceis para transgêneros, com maior número de tentativas de suicídio, depressão, jovens expulsos de casa e discriminados na escola. O livro está dividido em cinco capítulos que tratam de cinco diferentes temas: 1) Infância e adolescência; 2) Prostituição; 3) Aplicação de silicone industrial; 4) Shows como drag queens 5) Processo transexualizador pelo SUS. Cada capítulo conta a história de uma pessoa que é representativa de uma das fases da vida, problemas e vitórias vividas por travestis e transexuais.

Palavras-chave: Jornalismo; livro-reportagem; gênero; transexuais; travestis;

2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

2.1 CONTEXTO

O Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais no mundo, de acordo com relatório de 2014 da ONG internacional Transgender Europe. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013 foram 486 assassinatos, quatro vezes mais que o México, segundo país com mais mortes registradas. A expectativa de vida de travestis e transexuais no Brasil é de 35 anos, de acordo com pesquisa realizada pelo doutor em Psicologia Social Pedro Sammarco, autor do livro *Travestis envelhecem*, enquanto que a média dos brasileiros, de acordo com dados do IBGE de 2013, é de 74,9 anos.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) contabilizou 121 assassinatos de travestis no Brasil em 2013, mas o número provavelmente é maior, uma vez que nem todos os casos são relatados. O Grupo Gay da Bahia (GGB) divulga anualmente relatórios de assassinatos de homossexuais e transgêneros no Brasil, no qual distinguem crimes realizados contra gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis. Em 2014, o grupo documentou 326 mortes de gays, transexuais, travestis e lésbicas no país, incluindo nove suicídios – uma morte a cada 27 horas. Travestis e transexuais representam 41% do total das mortes, ficando em segundo lugar com 134 assassinatos. Novamente a coleta de dados esbarra em uma provável subnotificação, pois o banco de dados do GGB é construído a partir de notícias de jornais, da internet e de informações enviadas por ONGs LGBT.

A maioria dos homicídios ocorreu de forma violenta, indicando crime de ódio: 107 assassinatos foram praticados com armas de fogo, 105 com armas brancas (faca, punhal, canivete, foice, machado, tesoura), 49 foram espancamentos (paulada, apedrejamento, marretada) e 24 mortes foram por asfixia e enforcamento. Constam ainda envenenamento, vítimas queimadas e atropelamento intencional. Dentre as vítimas, 11 levaram mais de dez perfurações com arma branca, três tiveram mais de 20 perfurações no corpo e um gay chegou a ser morto com 46 facadas. O padrão dominante para os assassinatos de travestis é por tiros, na “pista” de prostituição.

De acordo com pesquisa realizada pelo projeto TRANSpondo Barreiras, que entrevistou 663 travestis e mulheres transexuais de 35 municípios brasileiros, mais de 70% das transexuais e travestis afirmaram ter sofrido violência verbal, mais de 50% dizem ter sofrido violência física e mais de 45% afirmam terem sido agredidas por

policiais. Além disso, mais de 35% sentiram-se discriminadas no trabalho, quase 34% foram excluídas das atividades familiares, 26% foram expulsas de local público, mais de 20% forçadas a deixar o local onde moravam e mais de 19% foram demitidas do emprego.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República disponibilizou dois relatórios sobre violência homofóbica no Brasil, em 2011 e em 2012, com estatísticas produzidas a partir das denúncias feitas através do Disque Direitos Humanos (Disque 100), da Central de Atendimento à Mulher, da Ouvidoria do SUS e das efetuadas diretamente a órgãos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos. A subnotificação desses dados é evidente. Segundo o relatório, menos de 2% das vítimas de violência homofóbica, que neste levantamento inclui a transfobia, são travestis e transexuais.

2.2 CONCEITOS

Alguns conceitos são importantes para situar este projeto de Trabalho de Conclusão de Curso e o produto que dele resultará.

Em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, Joan Scott descreve os diversos usos da palavra “gênero” e seus significados em cada época e para cada grupo que o utiliza, enfatizando seu caráter histórico e mutável. Após realizar essa revisão histórica, define: “(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86).

Essa definição específica, porém, esconde a discussão e questionamentos quanto à palavra “sexo”, que de acordo com Butler (2000), é também uma categoria construída e não “dada *a priori*”. Além disso, para fins deste trabalho, não se pode considerar que a categoria “sexo” esteja necessariamente ligada a gênero, o que está subentendido na primeira definição de Scott, uma vez que o gênero constituiria as relações sociais com base nas diferenças entre os sexos. Ora, se estamos falando de homens e mulheres transexuais, que foram definidos com um “sexo” ao nascer e, a partir dele, um gênero, mas performam significados relacionados a “outro gênero”, não podemos considerar que as diferenças percebidas entre os sexos sejam determinantes do gênero, uma vez que, considerando as pessoas transgêneras, pode-se ter um homem com órgão genital “feminino” – os homens trans – e uma mulher com o órgão genital “masculino” – as

mulheres trans. Assim, como seria possível que as diferenças percebidas entre os sexos masculino e feminino, determinados socialmente a partir do órgão genital, pudessem ser a base do gênero se pode haver uma pessoa que foi definida socialmente como pertencente ao sexo masculino, mas que se identifica como mulher?

Para Ceccarelli (2010), as pessoas transgêneras deixam explícito que “o sentimento de ser menino ou menina não pode ser vinculado à presença, ou à ausência, do órgão sexual”. Ele cita o exemplo das pessoas intersexuais, nas quais ocorre uma ambiguidade na anatomia, ou mesmo a ausência de representação sexual devido à malformação dos órgãos genitais externos. Estas pessoas não encontram simbolização nas classificações universais da anatomia em relação às categorias de homem e de mulher.

Sem dúvida, a questão da diferença é complexa no processo de assunção subjetiva do sexo, posto ser tributária de um real incontornável e independente das formas biológicas, sociais e psicológicas das quais ela emerge. A diferença não é um dado localizável, e sua escolha será sempre incerta e ambígua, pois os caminhos da sexuação são sempre enigmáticos. Assim, a pergunta ‘o que é uma mulher?’ ou ‘o que é um homem?’ vai além da lógica fálica, e fica sem resposta. A cada um de situar-se nesta diferença – mais ou menos do lado dos homens ou das mulheres – de forma singular e imprevista (CECCARELLI, 2010, p.277).

A concepção dicotômica de gêneros, com uma ideia fixa de masculinidade e feminilidade, ignora todos os sujeitos que não se enquadram nessas duas formas limitantes. Portanto, a desconstrução dessa oposição binária do gênero tem como uma das suas consequências a abertura para a compreensão de diferentes formas de expressar-se e de se afirmar “masculino” ou “feminina”.

Para Butler (2006), gênero é uma norma regulatória que institui e requer seu próprio regime disciplinário e que também é produzida para servir a outros tipos de regulações. Para compreender melhor este conceito, é necessário entender o que ela define como “norma”. Butler (2006) refere-se à norma como algo diferente de lei e regra. Para ela, as normas operam dentro das práticas sociais com o objetivo da “normalização” e podem ou não ser explícitas. Geralmente, quando operam como princípio normalizador na prática social elas são implícitas e difíceis de perceber. Neste texto, ela defende que a norma governa a inteligibilidade e que permite que certas práticas sejam reconhecidas como tais, definindo assim os parâmetros do que aparecerá

e do que não aparecerá no domínio social. No entanto, Butler (2006) considera que a norma carrega, em seu interior, a possibilidade também da sua subversão. Assim, para Butler:

El género no es exactamente lo que uno “es” ni precisamente lo que uno “tiene”. El género es el aparato mediante el cual tienen lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino, junto con las formas intersticiales hormonal, cromosómica, psíquica y performativa que el género asume. Asumir que el género siempre y exclusivamente significa la matriz de lo “masculino” y “femenino” es precisamente no darse cuenta del punto crítico de que la producción de ese binario coherente es contingente, de que tiene un costo y de que aquellas permutaciones del género que no se adaptan al binario son tan parte del binario como su instancia más normativa. (...) El género es el mecanismo mediante el cual se producen y naturalizan las nociones de masculino y femenino, pero podría muy bien ser el aparato mediante el cual tales términos son desconstruidos y desnaturalizados (BUTLER, 2006, p.11)

Judith Butler (2011) também discute o conceito de “performatividade de gênero”, na qual afirma que, uma vez que gênero é uma categoria construída, não somos de um gênero *a priori*, mas sim performamos atitudes que são tidas culturalmente aceitáveis para esse gênero. Isso acontece a partir do momento em que entendemos como “deve ser”, culturalmente, o comportamento de um homem e de uma mulher.

Quando dizemos que gênero é performado, geralmente queremos dizer que assumimos um papel ou que estamos agindo de alguma forma e que estas atitudes ou o nosso papel são cruciais para o gênero ao qual pertencemos e que apresentamos ao mundo. Dizer que o gênero é performativo é um pouco diferente, pois para algo ser performativo, isto significa que produz uma série de efeitos. (...) Nós agimos como se este “ser um homem” ou “ser uma mulher” fosse uma realidade interna, ou algo que simplesmente é uma verdade sobre nós, um fato sobre nós. Na verdade, trata-se de um fenômeno que tem sido produzido todo o tempo, e reproduzido todo o tempo. Então dizer que o gênero é performativo é dizer que ninguém pertence a um gênero desde sempre. (BUTLER, 2011 *apud* AGUIAR, 2014, p. 18).

As considerações baseadas na ideia de que “sexo” é uma categoria que trata do que é biológico e natural também passaram a ser questionadas pelos estudos de gênero, que consideram essa também uma construção social e chamam a atenção para o uso ideológico e as implicações práticas dessa ideia de que o sexo seria biologicamente determinado (Ceccarelli, 2010).

Talvez este constructo chamado ‘sexo’ seja tão socialmente construído quanto o gênero; aliás, talvez ele sempre tenha sido gênero, com a consequência de que a diferença entre sexo e gênero acaba sendo diferença nenhuma. Não faria sentido, então, definir gênero como a interpretação cultural do sexo, se o sexo for ele mesmo uma categoria generificada. Gênero não deve ser concebido meramente como a inscrição cultural do significado sobre um sexo pré-dado (uma concepção jurídica); gênero precisa também designar o próprio aparato de produção onde os sexos são estabelecidos. [...] Essa produção do sexo como pré-discursivo precisa ser entendida como o efeito do aparato de construção cultural designada pelo gênero. (BUTLER *apud* ROXIE, 2013, p. 9)”.

No artigo “Regulaciones de Género”, Butler (2006) afirma que as diferenças sexuais não são apenas diferenças materiais, mas são marcadas e formadas também pelas práticas discursivas. De acordo com ela, a categoria “sexo” é, desde o princípio, normativa e funciona não apenas como uma norma, mas também produz os corpos que governa através da reiteração constante dessa norma. E, para ela, exatamente o fato de que essa reiteração seja necessária representa um sinal de que essa materialização nunca é totalmente completa e que “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 2000, p.154). E são justamente essas instabilidades, abertas pelo processo de normatização, que geram possibilidades de quebra dessa mesma norma e colocam em questão sua força hegemônica.

O conceito de “papéis de gênero” significa a representação de um gênero, “tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papéis de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra.” (GROSSI, 1998, p.6). De acordo com Grossi (1998), no livro *Sexo e Temperamento*, de 1950, a antropóloga Margareth Mead mostrou como o gênero é uma categoria socialmente construída ao estudar três tribos, Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, e perceber que eles atribuíam papéis muito distintos para homens e mulheres. Grossi (1998) afirma que Mead descobriu que agressividade e passividade, por exemplo, comportamentos associados a homens e mulheres, respectivamente, na cultura ocidental, variavam entre as tribos: em uma delas, homens e mulheres eram cordiais e dóceis. Na outra, ambos eram agressivos e violentos. Já no terceiro grupo, as mulheres eram tidas como aguerridas e os homens mais passivos e caseiros. Grossi (1998) afirma que, a partir deste estudo, muitos outros foram realizados em diferentes grupos humanos

e mostraram que papéis atribuídos a homens e mulheres não são sempre iguais. Portanto, fica claro como o “gênero” é uma categoria construída histórica e socialmente em cada cultura.

A identidade de gênero, por sua vez, remete à constituição do sentimento individual de identidade. Grossi (1998) afirma, a partir de sua leitura de Stoller, que a identidade de gênero, segundo ele, é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino e o que é feminino. Essa identidade começa a ser construída a partir do momento em que os pais ficam sabendo do sexo do bebê.

No projeto de Lei João Nery, também conhecido como Lei de Identidade de Gênero, este conceito está assim tipificado: “entende-se por identidade de gênero a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo”.

Utilizarei neste projeto a palavra transgênero e a expressão “pessoas trans” para designar um grupo diversificado de pessoas que não se identificam com os comportamentos esperados para o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento, como travestis, homens e mulheres transexuais, intersexuais e pessoas não-binárias, com base na definição do “Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros para formadores de opinião”, elaborado por Jaqueline de Jesus. Os indivíduos não-binários são aqueles que não se identificam com a classificação “homem ou mulher” e podem ter diferentes identidades de gênero que vão além do binarismo sexual.

Travestis são pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino e, em geral, preferem ser chamadas por pronomes femininos, mas não se reconhecem como homens ou mulheres, e sim como um terceiro gênero (JESUS, 2012). As travestis “não se instalam nem no significado nem no significante, elas não têm referente, não são o outro do homem ou da mulher, são outro corpo, um híbrido (...). Um corpo posicionado no processo (...) e que, ao mesmo tempo, torce esse processo” (DA SILVA, 2011, p.8).

Transexuais possuem uma identidade de gênero diferente daquela imposta socialmente a partir de seus genitais e, geralmente, querem ser lidos como alguém do “sexo oposto” ao nascimento. “O transexualista postula, antes de tudo, o direito de pertencer ao sexo de sua escolha, ou seja, não há que se conformar com a anatomia” (VILELA, 2012, p.4). Portanto, mulher transexual é toda pessoa que nasceu com um órgão genital associado ao masculino e reivindica o reconhecimento social e legal como

mulher (JESUS, 2012, p.8), e homem transexual é toda pessoa que nasceu com um órgão genital associado ao feminino e reivindica o reconhecimento social e legal como homem (JESUS, 2012, p.8). Uma pessoa transexual pode, em termos de orientação sexual, ser bissexual, heterossexual ou homossexual, de acordo com suas atrações afetivas e sexuais. Na prática, porém, a distinção entre travestis e mulheres transexuais ocorre muito mais pela autoidentificação, e a escolha do termo pela familiaridade da pessoa e seu grupo com ele, do que por qualquer outro critério.

2.3 DESAFIOS E DISCRIMINAÇÃO

O sentimento de pertencer a outro sexo é tão antigo quanto a sexualidade humana, as possibilidades de expressar a identidade de gênero através de hormonioterapia – tratamento hormonal para construção do corpo aliado à identidade de gênero – e de realização de cirurgias é que são recentes (GREEN *apud* CECCARELLI, in RIAL, C; PEDRO, J.M; ARENDE, S, 2010, p.277). No entanto, as identidades de transgêneros são consideradas patologias pela medicina e categorizadas como “transtornos de identidade sexual”, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças CID-10 (OMS, 2003). Até 1973, a Associação Americana de Psiquiatria, responsável pela formatação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doença Mental (DSM), também considerava a homossexualidade como patologia, e só a retirou depois de inúmeras intervenções de grupos a favor de gays e lésbicas (RODRIGUES, 2014). A versão mais recente deste Manual, o DSM 5, classifica as pessoas transexuais como portadores de “disforia de gênero”. No edital dessa nova versão consta que a patologia não seria a identidade de gênero, mas sim o desconforto que parte da incongruência do corpo com o sentir dessas pessoas. No entanto, elas continuam descritas em um manual que pretende diagnosticar transtornos mentais. Militantes de movimentos LGBT e pesquisadores que lutam pela despatologização das identidades trans consideram, em sua maioria, que essa troca não foi suficiente para retirar o estigma de “transtornadas” dessas pessoas.

Transexuais e travestis geralmente procuram construir, afirmar e reconhecer sua identidade de gênero através do corpo. Assim, modelam o corpo com ingestão de hormônios e aplicação de silicone no caso de travestis e mulheres transexuais, e mastectomia, procedimento de retirada das mamas, no caso de homens transexuais. Não raro o tratamento hormonal é realizado sem acompanhamento médico e o silicone

aplicado – geralmente nos seios, bunda e coxas – é industrial devido à falta de recursos financeiros para aplicações de próteses mais seguras.

Esses processos demonstram que o corpo não pode ser considerado como um meio passivo sobre o qual significados sociais são impostos. Deve-se, pelo contrário, considerar o corpo como um participante ativo na construção de significados. Assim, ao manipular as formas masculinas de seus corpos, as travestis incorporam significados de gênero polimorfos que são perpetuados socialmente (...) (BORBA e OSTERMANN *apud* HARTMANN, 2014, p. 15).

Não apenas mudanças físicas, mas a mudança de nome também é extremamente importante para a construção da identidade de gênero, autoestima e qualidade de vida de transexuais e travestis. Conseguir o registro e o respeito ao nome social, nome que a pessoa escolheu para si como o que melhor expressa sua identidade, é umas das principais reivindicações da população LGBT.

Segundo a Organização Mundial da Saúde e alertas feitos por organizações ativistas, o uso do nome civil em lugar do nome social provoca enorme constrangimento para as travestis e transexuais. É considerada a principal causa de evasão escolar e do afastamento dessa população dos serviços públicos (BIANCARELLI *apud* HARTMANN, 2014, p. 22).

Transexuais e travestis sofrem muito preconceito no cotidiano, através de negação constante de postos de trabalho, violência física e verbal, desprezo, desrespeito ao nome social, falta de políticas públicas e dados sobre essa população, entre outras formas de negação e desrespeito que enfrentam diariamente. Como a sociedade não abre espaços para elas, isso é refletido em todas as áreas da vida e nas instituições. “Para a sociedade, essas pessoas são ‘muito estranhas’. As dificuldades tornam-se enormes, e é a sobrevivência que está em jogo. Restam, para os travestis, poucas e raras opções” (COSTA *apud* HARTMANN, 2014, p. 32).

Na pesquisa realizada pelo projeto TRANSpondo Barreiras, apenas 5,73% das mulheres transexuais declarou trabalhar com carteira assinada. Marginalizadas, as travestis e mulheres transexuais não encontram emprego em outro local que não seja o que a sociedade já reservou, de forma estigmatizada, a elas: a “pista” de prostituição, onde, de acordo com estimativa da Antra, 90% das trans brasileiras trabalham. De acordo com Sophia Caroline, mulher trans, estudante da UFSC e que trabalha como

prostituta, apesar de a “pista” ser também um local de afirmação da identidade de gênero, início da aceitação social e do aprendizado dos modos de “ser travesti”, a profissão envolve diversos riscos – violência física e moral, assalto e maior exposição a doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo.

Os corpos travestis apresentam-se como diferença que atravessa a norma, aquela diferença irreduzível à identidade, que apaga a separação entre natureza e cultura, mostrando que não há nada além – nem aquém – desse último termo. (...) A travesti abala o essencialismo que vigia as condutas tanto heterossexuais quanto homossexuais e, por isso mesmo, é vista com desconfiança e deslegitimada pelos dois extremos do discurso sexual (DA SILVA, 2011, p.1).

O preconceito contra transgêneros também ocorre dentro da comunidade LGBT, na qual muitos homossexuais rejeitam e ridicularizam as pessoas trans, que geralmente não frequentam os mesmos espaços, as mesmas festas, bares e restaurantes que os cisgêneros – pessoas que se identificam com o gênero ao qual foram identificadas no nascimento.

Os problemas enfrentados pelas pessoas trans as levam, muitas vezes, a serem reclusas e pararem de frequentar a escola ou universidade, uma vez que precisam conviver cotidianamente com preconceito, olhares de reprovação e desrespeito ao nome social. Segundo entrevista da transexual e psicóloga Beth Fernandes, “várias amigas abandonaram a faculdade porque a professora insistia em chamá-las pelo nome masculino, mesmo que pedissem o contrário. É uma barbaridade cruel, um erro de percepção, eu olhar para uma pessoa que se configura como mulher e chamá-la de João o tempo todo” (DA SILVA, 2011, p.4).

A violência começa desde a infância, quando familiares, professores e colegas, ainda que sem querer, impõem uma identidade de gênero à criança que não é a que ela deseja para si. Geralmente, os transgêneros são, no mínimo, incompreendidos pela família e excluídos já na infância.

Pelo sentido da vista representamos, projetamos, produzimos, avaliamos, construindo realidade sobre o corpo travesti. Seu lugar no mundo é seu corpo híbrido, (...) que desloca a subjetividade pela pura diferença. Diferença que a escola não sabe como lidar, seu modo dual de operar não comporta pensar ou trabalhar com a multiplicidade de singularidades.(...) Nesse sentido, a travesti não está na gramática das diferenças suportadas pela escola. (...) O enquadramento, a regulação de condutas, a demarcação de fronteiras, a legitimação de saberes, o

controle dos corpos, a padronização do pensamento necessários ao bom funcionamento institucional do currículo e seus processos sofrem constantes interferências e atravessamentos da diferença travesti (DA SILVA, 2011,p.5;6).

Uma pesquisa realizada por Natacha Kennedy, da Universidade de Londres, com 121 transgêneros do Reino Unido evidencia que as crianças transgênero têm consciência do que são ainda muito jovens e, desde então, ocultam suas identidades de gênero até que se sintam livres para externá-la. Há relativamente poucos textos e pesquisas sobre crianças trans, e muito do que tem sido feito é coordenado por profissionais de saúde mental (REKERS, 1987; BRADLEY; ZUCKER, 1990, GREEN, 1985 *apud* KENNEDY, 2010, p.2).

Esse trabalho de pesquisa baseou-se na ideia de que há dois tipos de crianças transgênero: não aparentes, quando não são reconhecidas como trans por um adulto, e aparentes, quando o são por pelo menos um adulto importante em suas vidas. O estudo sugere que crianças transgênero “aparentes” são a grande minoria e podem se adaptar melhor ao sistema escolar e ao âmbito familiar.

Os participantes foram entrevistados sobre a primeira vez que podiam se lembrar de terem sentido que sua identidade de gênero estava em desacordo com a designada no nascimento e 76% respondeu estar ciente de que eram transgêneros ou variantes de gênero antes de sair da escola primária. A idade que teve a maior porcentagem de votos (20%) foi de 5 anos. De acordo com Kennedy (2010) os resultados vão ao encontro da percepção de Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978), que argumentam que as crianças começam a entender a identidade de gênero entre as idades de 3 e 4 anos e que isso se desenvolve ao longo dos dois anos seguintes. Além disso, refletem os resultados de outro estudo de Kennedy (2008), que mostra que a idade média em que mulheres transexuais experimentaram uma peça de vestuário tido culturalmente como feminino pela primeira vez era de 8 anos. Na pesquisa de Kennedy, 84% das pessoas transgênero tinham feito isso antes de deixar a escola primária.

O estudo mostra também que há uma forte ligação emocional das crianças com sua identidade de gênero desde muito jovens e que, para os mais novos, a “culpa” por sua situação ainda não está internalizada, como pode ser percebido no depoimento a seguir:

“Foi o meu primeiro dia na escola e mandaram os meninos fazerem fila à direita e as meninas fazerem fila à esquerda. Eu fui para a esquerda, mas ‘eles’ me mandaram para a fila da direita. Eu me lembro de ter chorado o dia todo porque ‘eles’ entenderam errado” (KENNEDY, 2010, p.26).

No entanto, pouco tempo depois as crianças percebem que suas diferenças são socialmente inaceitáveis e que precisam esconder suas identidades de gênero, o que gera um sentimento de solidão, medo e culpa. Essa situação geralmente vai até o momento em que essas pessoas entram em contato com o vocabulário “transexual” e descobrem, a partir disso, que não estão sozinhas. Outra descoberta do estudo foi a de que apenas 18% dos meninos transexuais puderam expressar sua identidade de gênero na escola primária e apenas 10% na escola secundária, enquanto que, no ambiente familiar, 45% puderam expressar-se. Porém, entre as meninas trans, apenas 2% pôde expressar sua identidade de gênero na escola primária e secundária e 4% delas o podia fazer em casa. Portanto, a melhor situação encontrada foi a de jovens meninos trans, ainda que menos da metade deles pudesse expressar-se livremente em casa.

A pesquisa demonstrou também que os participantes passaram a conhecer as palavras relacionadas com transgêneridade, como “transexual” e “travesti”, com a idade média de 15,4 anos. Uma vez que a idade média em que os participantes tornaram-se conscientes de que sua identidade de gênero estava em desacordo com o que lhes foi designado no nascimento foi de 7,9 anos, há um atraso médio de 7,5 anos entre saber-se diferente e aprender as palavras que podem descrevê-los ou ajudá-los a se encontrarem no mundo.

As escolas e ambientes de que as crianças trans participam parecem que, mais do que ignorar suas diferenças, tentam enquadrá-las ao que seria a identidade de gênero “correta”, “comum”, aliada ao sexo.

Crianças transgênero parecem estar lutando contra suas atribuições de gênero e, ao mesmo tempo, escondendo e/ou suprimindo sentimentos, os quais acreditam não estarem em conformidade com as expectativas sociais. (...) há evidências de que, como resultado dessa imposição e transfobia internalizada subsequente, muitas dessas crianças obtêm resultados bem baixos em suas habilidades escolares, deixam a escola mais cedo, são mais propensas à autodestruição ou tentativa de suicídio, e podem sofrer problemas de saúde mental no início da idade adulta (WHITTLE; TURNER; AL-ALAMI *apud* KENNEDY, 2010, p.36).

Na dissertação de mestrado “Transexualidade no período escolar”, Rodrigues (2014) afirma que não há conteúdos sobre orientação sexual nem identidade de gênero nos materiais escolares e o tema é ignorado pelos professores, seja por falta de conhecimento ou desinteresse. Assim, para a escola os sujeitos serão sempre homens e mulheres cisgêneros e heterossexuais e a “transexualidade é invisível nos Projetos Políticos Pedagógicos e nos livros didáticos” (RODRIGUES, 2014, p.17), como se transexuais e travestis não frequentassem escolas e, pior, não existissem.

Não há dúvidas de que o que está sendo proposto, objetiva e explicitamente, pela instituição escolar, é a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais — nos padrões da sociedade em que a escola se inscreve (LOURO, 1997, p.81).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS

Em meio a uma sociedade ainda tão heteronormativa e incapaz de criar políticas públicas de real inclusão social para pessoas transgênero, a presidenta Dilma Rousseff vetou a distribuição do kit anti-homofobia em 2011, que iria alcançar mais de 6 milhões de jovens e auxiliar na educação para o respeito aos direitos humanos. O kit poderia permitir que crianças e adolescentes conhecessem as diversas orientações sexuais e possibilidades de identidade de gênero para respeitá-las, acostumarem-se com elas e, talvez, reconhecerem-se ali. Reeleita em outubro de 2014, a presidenta defendeu a criminalização da homofobia, mas não citou nada específico relacionado a travestis e transexuais.

O projeto de lei João W. Nery, de autoria de Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), em tramitação desde fevereiro de 2013, é uma das poucas iniciativas que procuram reduzir a exclusão de pessoas trans. A lei pretende estabelecer o direito de todas as pessoas ao reconhecimento de sua identidade de gênero, além da identificação em documentos e tratamento de acordo com ela. Se aprovado, o projeto será um avanço na legislação e em políticas públicas específicas para transgêneros. Segundo o site da Câmara dos Deputados, o projeto aguarda a designação do relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

A prefeitura de São Paulo parece ser a pioneira no que diz respeito à aprovação de políticas públicas voltadas para a população trans. Em janeiro de 2015, o prefeito

Fernando Haddad criou o programa Transcidadania, no qual mulheres transexuais receberão uma bolsa auxílio por dois anos de R\$ 840,00 mensais para garantir algum apoio à sua sobrevivência. O programa exige que elas frequentem aulas de educação para adultos em escolas municipais, oferece cursos do Pronatec e fornece também aulas de Cidadania e Direitos Humanos.

O programa também oferecerá tratamento hormonal em duas Unidades Básicas de Saúde, assim como tratamento integral em outras nove. As participantes terão acesso prioritário à Casa Abrigo do Brasil, exclusiva para travestis e transexuais em situação de rua. No entanto, o Transcidadania beneficiará inicialmente apenas 100 travestis e mulheres transexuais. Outra iniciativa da prefeitura da capital foi colocar gays em situação de violência e travestis moradoras de albergues na fila preferencial do programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Uma das medidas mais recentes a nível nacional, publicada no Diário Oficial da União em 12 de março de 2015, prevê que estudantes de estabelecimentos e redes de ensino de todo o país podem usar o banheiro, vestiário e outros espaços segregados por gênero de acordo com sua identidade de gênero. Podem também exigir serem identificados e identificadas pelo nome social nas chamadas, processos de seleção, avaliação, inscrição, matrícula, entre outros, e utilizar o uniforme que preferirem, caso haja distinção das vestimentas “masculinas” e do “femininas”. No entanto, a resolução não prevê medidas punitivas para as instituições que se negarem a respeitá-la. Outra resolução publicada um dia antes determina a inclusão dos termos “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” em boletins de ocorrência. O deputado e pastor evangélico Marco Feliciano (PSC-SP) apresentou dois projetos de decreto legislativo para tentar extinguir ambas as resoluções.

Neste contexto é que me proponho a apurar e escrever histórias sobre infância e adolescência; dificuldade de inserção no mercado de trabalho; dificuldade de acesso a procedimentos de saúde específicos para suas necessidades; prostituição; violência física e discriminação de transexuais e travestis, em uma tentativa de dar visibilidade a esse grupo social e mostrar suas lutas diárias.

3. JUSTIFICATIVA DO TEMA E FORMATO

Quando cursava a disciplina *Jornal Laboratório* e produzia o *Zero*, fui convidada por uma colega a apurar e escrever conjuntamente uma reportagem sobre o mercado de trabalho para travestis e transexuais. Para realizar essa tarefa, entrevistamos diversas pessoas trans e acompanhamos uma noite de trabalho de travestis e mulheres transexuais prostitutas nas ruas de Florianópolis. Depois dessa reportagem, publicada na segunda edição do jornal no semestre 2014.1, passei a me interessar pelo tema, ler sobre o assunto e me aproximar dos debates realizados sobre questões de identidade de gênero.

No mesmo semestre, escolhi fazer como trabalho final da disciplina *Redação VI* um texto contando a infância e adolescência de transexuais e travestis de Florianópolis. Entrevistei novamente várias pessoas, conheci outras, frequentei alguns ambientes que elas costumam frequentar e ouvi vários relatos emocionados sobre essa fase da vida. Essas entrevistas mais pessoais e detalhadas me impulsionaram ainda mais a querer dar, dentro das minhas limitações, mais visibilidade a essas pessoas.

Através das informações citadas no item “Apresentação do tema”, percebe-se que qualquer tema relacionado a pessoas transgênero é atualmente negligenciado e está muito longe de ser alçado ao patamar de tema essencial na garantia de direitos humanos ou quando se fala em comunidade LGBT. A visibilidade de transexuais e travestis é ainda pífia, enquanto essas pessoas vivem à margem da sociedade e são brutalmente assassinadas no Brasil mais que em qualquer outro lugar do planeta.

O aspecto político mais evidente da ação coletiva relacionada às pessoas trans brasileiras tem sido o da visibilidade. Apesar de haver pessoas transexuais nos diferentes espaços sociais, políticos, técnicos ou acadêmicos, a sua visibilidade na sociedade, nos meios de comunicação em particular, é concentrada no aspecto marginal ou criminal, e pouco no seu cotidiano e demandas (ALVES; JESUS, 2010, p.12).

Um livro-reportagem é um veículo jornalístico impresso, não periódico que contém “matéria produzida em formato de reportagem, grande-reportagem ou ensaio. Caracteriza-se pela autoria e pela liberdade de pauta, captação, texto e edição com que os autores podem trabalhar. [...] É um veículo talhado por excelência para a prática do *Jornalismo Literário*” (verbete disponível no site oficial de Evaldo Pereira Lima).

Pessa afirma que o conteúdo de um livro-reportagem necessariamente

corresponde a histórias reais, sejam elas mais definidas ou perenes. Quanto ao tratamento, sua linguagem é eminentemente jornalística, mas com maior maleabilidade do que em reportagens de veículos periódicos devido à possibilidade mais clara de expor marcas e impressões autorais.

A função particular do livro-reportagem é informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, de modo que oferecerá ao leitor um quadro de contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo (LIMA, 2004 apud PESSA, p. 2).

Este livro-reportagem significa uma tentativa de fazer com que o jornalismo cumpra a função de visibilizar temas negligenciados, questionar concepções vigentes na sociedade e valorizar o relato pessoal e as histórias de vida de pessoas que se encontram à margem. Pretendo trazer questionamentos e críticas essenciais para enriquecer debates sobre questões de gênero, discriminação e quebra de estereótipos. Além disso, tenho a intenção de que as histórias contadas neste trabalho contribuam para construir um panorama sobre as diferentes discriminações e incontáveis dificuldades a que as pessoas transexuais estão expostas diariamente e ao mesmo tempo evidenciar o caráter único e individual de cada experiência e as possibilidades de quebra dessas barreiras. Os objetivos e o tema, portanto, auxiliaram a escolha do formato que permite abrangê-los de forma mais detalhada, profunda e sensível.

A explosão da recente teorização sobre raça, gênero e sexualidade no campo dos estudos literários deve muito ao fato de que a literatura fornece materiais ricos para complicar as explicações políticas e sociológicas acerca do papel que esses fatores desempenham na construção da identidade (CULLER, 1999, p.109).

Portanto, acredito que um livro-reportagem é o formato que melhor permite o cumprimento desses objetivos, principalmente porque os relatos serão majoritariamente sobre o passado e, portanto, não haverá muitas imagens. O livro irá basear-se nos depoimentos de situações constrangedoras e de superação vivenciadas pelas pessoas

trans, em suas histórias de vida e trajetórias até o momento da entrevista. Nesse caso, produções audiovisuais podem dificultar a aproximação com entrevistados – alguns podem preferir não ser identificados.

A principal finalidade deste Trabalho de Conclusão de Curso é contar histórias de pessoas que, corajosamente, enfrentam preconceitos e perigos e se afirmam diariamente como transexuais ou travestis em uma sociedade que insiste em colocá-los à margem. A ideia é que essas histórias, considerando as limitações de um TCC, consigam dar visibilidade à causa da inclusão de pessoas trans e às suas lutas. Pretendo fazer com que essas histórias inspirem os leitores a refletir e respeitar pessoas trans.

Esse livro-reportagem também representa uma grande oportunidade de aprendizado e minha última chance para experimentar novas estruturas de texto, explorar com maior liberdade o que foi aprendido durante os anos de curso e poder ser orientada e criticada enquanto graduanda. Esse trabalho também me impõe o desafio de entrevistar pessoas sobre temas delicados, que muitas vezes envolvem violência física e psicológica e desenvolver um texto mais livre, ao mesmo tempo em que mais longo e rigoroso.

4. PROCESSO DE PRODUÇÃO

4.1 PRÉ-APURAÇÃO

O processo de pré-apuração começou, ainda que de forma mais superficial e sem o intuito de trabalhar com o tema posteriormente, quando fui apurar para o jornal laboratório do curso a reportagem que citei no item 3. Nesse momento, conheci algumas das pessoas que entrevistei para este trabalho, tive conhecimento do tema pela primeira vez e comecei a ler sobre o assunto.

Posteriormente escolhi o mesmo tema para realizar a reportagem final da disciplina de Redação VI e Redação VII, oportunidades nas quais conheci outras pessoas trans que foram, mais tarde, entrevistadas para o livro-reportagem. Também foi durante a apuração para Redação VI que passei a frequentar esporadicamente a ADEH, Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade, para conversar com pessoas que trabalham na instituição e tentar conseguir entrevistas.

A pré-apuração para este trabalho, portanto, foram as outras matérias que realizei sobre o tema, conversas que marquei com algumas fontes em dezembro de 2014, quando já havia definido o TCC, e leituras de textos de militantes na internet e de textos mais clássicos sobre estudos de gênero e sexualidades, primeiramente a partir de pesquisas próprias, depois através do auxílio de Red Nedel – aluna do curso que havia se formado em 2014.2 e apresentara um trabalho com o tema muito próximo ao meu, o que fui descobrir apenas depois de ter finalizado o projeto de TCC –, que me disponibilizou um grande número de textos muito esclarecedores e, mais tardiamente, em março de 2015, através da bibliografia da disciplina Gênero, Corpo e Sexualidades que estudei no Curso de Psicologia.

4.2 APURAÇÃO

Comecei a apuração na primeira semana de março – em janeiro e fevereiro estive viajando. O tema e formato definidos no projeto eram uma grande-reportagem sobre a infância e adolescência de travestis e transexuais em Florianópolis. Eu havia decidido essa abordagem por considerar que essa fase da vida é uma das mais difíceis para as pessoas trans e pouco abordada em estudos, reportagens e textos. Com isso, pretendia também evitar o recorrente estigma “transexualidade-prostituição” e valorizar suas histórias de vida.

No entanto, conforme comecei a realizar as entrevistas, percebi que este era um tema demasiado delicado para muitas fontes e, além disso, difícil de recordar com a profundidade necessária para o nível de detalhamento que eu gostaria de incluir na reportagem, prevista para não ter declarações de especialistas nem excesso de dados. Algumas pessoas não queriam falar sobre o tema, outras o contavam de maneira bastante resumida, outras falavam desorganizadamente tentando resgatar recordações e suas narrativas ficavam com muitas falhas e saltos grandes de tempo. Ao me deparar com tudo isso, passei a me sentir desconfortável em forçar recordações dolorosas para pessoas que não tinham qualquer obrigação de revelarem suas histórias de vida e sentimentos e optei, sempre, por não insistir demasiadamente em perguntas que visivelmente desagradavam quem eu entrevistava.

Além disso, conforme conversava com cada vez mais pessoas, passei a angustiar-me com o recorte que havia dado, uma vez que as experiências de todas elas eram transgressoras e angustiantes também, e por vezes mais, em outras fases da vida. Muitas delas durante a infância “se sabiam diferentes”, mas não entendiam como nem por que e apenas entraram em contato com as realidades trans ao fim da adolescência. “Infância e adolescência” começou a parecer um tema restrito demais para tratar das lutas, derrotas e vitórias das pessoas transexuais, que era o que eu queria mostrar de fato.

Conclui que poderia abranger muito mais da vida das pessoas trans com um livro-reportagem, o que seria positivo também por me desafiar a um trabalho mais longo, demorado e difícil e, assim, provavelmente eu aproveitaria melhor a experiência do Trabalho de Conclusão de Curso.

Minha vontade desde muito tempo sempre fora me arriscar a escrever um livro-reportagem, mas a suprimi por pensar que era um trabalho para o qual eu não tinha capacidades suficientes. No entanto, ao longo do semestre decidi que a melhor opção era me desafiar, com a consciência de todas as minhas limitações. Optei então por, ainda que inexperiente, com tempo bastante limitado e poucos recursos, escrever um livro. Que outra oportunidade melhor para me desafiar, escrever com total liberdade, testar, aprender, errar e fazer de novo eu teria senão essa?

Nesse momento, porém, eu já havia realizado grande parte da apuração com foco na infância e adolescência das fontes. Com algumas pessoas consegui marcar novas entrevistas e continuar a perguntar sobre suas experiências. Com outras não

consegui novos encontros, o que resultou na exclusão de muitas do livro. Em outros casos já fiz a primeira entrevista com o novo foco, o que me ajudou muito na redação do texto.

Ao todo, entrevistei 21 travestis e transexuais – algumas apenas uma vez, outras duas, outras três, outras quatro – e apenas uma especialista, médica que trabalha a partir da vertente da despatologização das identidades trans. Dessas 21 entrevistas, duas foram com homens transexuais – foi mais difícil contatá-los e que eles aceitassem conceder entrevista – e outras 19 com travestis e mulheres transexuais. Para conseguir essas entrevistas tive de entrar em contato com um número muito maior de pessoas. Ao que me lembro, recebi ao menos dez recusas, às quais respeitei sem insistências.

As entrevistas duraram em média entre uma e duas horas e utilizei gravador em todas. Eu havia preparado algumas perguntas gerais para todas as pessoas, mas procurei acompanhar seus relatos e perguntar-lhes sobre as histórias que estavam me contando. Em todos os casos, deixei que falassem o quanto quisessem sobre quaisquer temas, sem interrompê-las. Procurei incentivar as fontes a falarem o máximo possível sobre si e suas histórias.

Em geral, os temas abordados exigiram que eu estabelecesse um mínimo de confiança com as fontes, coisa que muitas vezes não chegou a ser possível em apenas uma entrevista nem no tempo hábil para a apuração e redação do livro. Além disso, com exceção de cinco entrevistas, todas as outras foram realizadas em ambientes impessoais – UFSC, ADEH, local de trabalho da fonte, Praça XV de Novembro – o que dificultou que as fontes se sentissem mais confortáveis para tratar de temas tão delicados.

Algumas entrevistas não foram marcadas previamente e eu as consegui por passar algumas tardes na ADEH, explicar o trabalho e perguntar se a pessoa tinha disponibilidade para conversar comigo, método que se mostrou mais eficaz do que marcar com antecedência em diversos casos, pois muitas fontes desmarcavam, não apareciam na data e hora marcada, não respondiam às mensagens ou não atendiam ao telefone.

A primeira entrevista que realizei com Christian foi em junho de 2014 para a reportagem final de Redação VI, sem marcarmos previamente. Encontrei-o na ADEH, expliquei a reportagem e ele aceitou ser entrevistado. Mais tarde, em abril de 2015, conversamos pessoalmente pela segunda vez, novamente na ADEH, depois de muitas dificuldades para encontrarmos uma data.

As entrevistas com Rita, Talita, Gabriela e Gisele aconteceram no mesmo dia, em que passei a tarde e o início da noite na casa delas. Por estar no ambiente em que moram, pude tirar mais dados e impressões para o segundo capítulo. Duas semanas depois voltei à casa delas, conversei informalmente com Rita e acompanhei Talita e Gabriela se arrumarem para irem trabalhar. Fui com elas até o ponto em que trabalham e acompanhei uma noite de trabalho das mulheres daquele ponto até mais ou menos uma da manhã.

Paloma foi uma das minhas primeiras entrevistadas e uma das únicas três entrevistas que realizei antes de viajar, em dezembro de 2014, mais com a intenção de pré-apuração do que apuração de fato. Por isso, ao transcrever sua entrevista para o terceiro capítulo, percebi muitas perguntas que poderia ter feito e muitas que sequer imaginava fazer. Não foi possível marcarmos nova entrevista e me ative aos dados que consegui na primeira. Ainda sobre o terceiro capítulo, entrevistei Bárbara (nome fictício porque a entrevistada pediu sigilo) em sua casa e obtive seu contato a partir de vídeos que ela divulgou na internet pedindo ajuda devido a complicações por aplicação de silicone industrial. Ela estava bastante receosa e se recusara a dar diversas informações, desviando com frequência o foco das perguntas que não diziam respeito diretamente ao seu problema com silicone. Tentei marcar novas entrevistas, mas ela viajou para São Paulo e ficou por lá quase um mês. Ao retornar, não respondeu minhas mensagens e ligações.

O primeiro contato que tive com Selma Light foi, novamente, em uma das tardes que passei na ADEH. Conversamos em uma sala isolada. Posteriormente, marquei outra entrevista, também na sede da instituição. Quis acompanhá-la em um show, mas ela não fez nenhum em Florianópolis durante o tempo de apuração do trabalho. Patrícia Aguilera respondeu rapidamente ao meu contato via *Facebook* e fui entrevistá-la em seu local de trabalho, também em uma sala isolada. Tentei marcar com ela uma segunda entrevista, mas tive de desmarcar porque minhas avós passaram por problemas de saúde e cirurgias a partir do início de junho. Fui visitá-las em datas que esperava estar em Florianópolis. Não consegui marcar novamente.

Bruna (nome fictício a pedido da entrevistada) foi bastante solícita desde a primeira vez em que conversamos, em maio de 2014. Por muitas vezes demorou vários dias ou semanas para que conseguíssemos marcar, mas entrevistei-a por quatro vezes, três delas para o TCC, sendo uma dessas apenas um encontro para tirar algumas

dúvidas. Ela foi para mim uma fonte que além de suas histórias, me informava sobre o que acontecia no meio trans de Florianópolis. Vários contatos, dados, dicas, explicações sobre o cotidiano de muitas trans e sobre a militância foi Bruna quem me forneceu.

A última entrevista utilizada no livro ocorreu na metade de maio e foi com a médica que estuda o processo transexualizador do SUS e a despatologização das identidades trans, Ana María Mujica, colombiana que faz doutorado na UFSC. Ela não entrou diretamente como uma fonte no livro, mas suas explicações e sua dissertação me ajudaram muito a compreender o cenário atual do processo transexualizador e das lutas pela despatologização das identidades trans.

4.2.1 FONTES

Christian Mariano – homem transexual de 43 anos, começou a construir seu corpo aos 40. Natural de São Paulo, mora com a esposa, com quem casou há poucos meses, trabalha na ADEH e faz pós-graduação. Teve uma infância e adolescência bastante conturbadas em São Paulo. Foi casado com um homem e chegou a ficar grávido, mas perdeu o filho.

Rita Borges (nome fictício para preservar a identidade da entrevistada) – travesti nascida em Lages, mas que vive em Florianópolis desde os 12 anos. Assumiu-se travesti aos 13, quando também começou a se prostituir. Passou grande parte da adolescência indo para Juizados de Menores e foi presa por um ano e oito meses aos 20 anos. Hoje, aos 42, não mais se prostitui. Tem uma casa onde moram sete “filhas”, travestis e mulheres transexuais que trabalham como prostitutas. Recentemente terminou um relacionamento com um rapaz de 19 anos que não queria ser visto com ela por seus conhecidos.

Gabriela Guimarães (nome fictício para preservar a identidade da entrevistada) - mora na casa de Rita, a quem chama de “mami”. Viveu grande parte da infância e adolescência em Ijuí, Rio Grande do Sul, com a avó. Foi retirada da casa do pai pelo Conselho Tutelar devido a diversas denúncias de maus-tratos por parte dos vizinhos e não conhece a mãe. Aos 15 anos se assumiu mulher transexual, começou a hormonizar-se e prostituir-se. Aos 17, mudou-se para Florianópolis, na casa de Rita, com o objetivo de conseguir dinheiro para construir o corpo que quer.

Paloma Correia – travesti de 51 anos, veio aos 17 para construir o corpo em Florianópolis. Trabalha há 33 anos como cobradora na empresa de ônibus Biguaçu, na qual entrou quando ainda era lida como “homem”. Desde então, também trabalha como prostituta e adora a noite. Ainda mantém os dois empregos. Colocou 12 litros de silicone industrial no corpo. Tem dois filhos de dois relacionamentos que teve com mulheres, depois de afirmar-se como travesti.

Bárbara Mantovani (nome fictício a pedido da fonte) - mulher transexual de Porto Alegre, se mudou para Florianópolis para fugir do padrasto que batia nela e em sua mãe. Conheceu as travestis e transexuais da cidade e uma delas a orientou no processo de construção do corpo. Trabalhou como prostituta e hoje, aos 37 anos deixou a atividade há dois. Colocou silicone industrial no corpo e os dois litros que foram aplicados nos glúteos escorreram para suas pernas e pés, causando graves complicações de saúde. Procurou ajuda para tratar seu problema em hospitais da Grande Florianópolis, não conseguiu, e postou vídeos na internet que lhe renderam doações e uma consulta em São Paulo.

Selma Light – mulher transexual, apresentadora de rádio e televisão, a *drag queen* mais conhecida de Santa Catarina e uma das mais famosas do Brasil. Escreveu músicas que lhe garantiram o início da fama e trabalhou como *hostess* durante 14 anos no Mix Café, boate gay de Florianópolis que fechou em 2014. Aos 41 anos, apresenta o quadro “Lado Averso” no programa “Olhares” da Band, trabalha voluntariamente na ADEH e, com o fechamento do Mix Café, foi contratada para ser *hostess* de uma boate em Itajaí.

Patrícia Aguilera – primeira mulher transexual a usar o nome social na UFSC, vai se formar em julho de 2015 em Arquivologia. Trabalhou durante oito anos como *drag queen* no Mix Café e agora é estagiária no setor de arquivos do Senac. Nascida em Florianópolis, passou por uma infância marcada por violências por parte do pai.

Bruna Luíse (nome fictício a pedido da fonte) – mulher transexual, estuda Letras na UFSC, trabalha no NIGS, Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades, e como prostituta à noite. Mudou-se de São Luís, Maranhão, para Florianópolis para começar a

construção do corpo. Esperou dois anos para iniciar o processo transexualizador pelo SUS e, quando o conseguiu, sua consulta foi desmarcada quando ela já estava no Rio de Janeiro para ir ao hospital. Desistiu de dar início ao processo devido à grande burocracia e os custos com as viagens.

4.3 REDAÇÃO

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas (IJUIM, 2011, p.17).

Procurei, desde a escolha do tema até a redação final, alcançar o que Ijuim (2011) define como “jornalismo humanizado”. Minha intenção desde o início foi desmistificar e construir outro olhar, mais sensível e com mais empatia, sobre as vivências e identidades trans e explicitar que as discriminações e dificuldades pelas quais essas pessoas passam advêm do sistema normativo de sexo-gênero que tanto regula a todos e tantas violências impõem.

Desde o início me deparei com o dilema das descrições físicas e de como colocar minhas impressões, vindas de vivências tão distintas das que encontrei, sem reforçar estereótipos e julgamentos morais sobre as atitudes das fontes. Tentei mostrar suas experiências sem reduzi-las também ao rótulo “transexuais”, ignorando que se divertem, desejam, choram, experimentam vitórias e derrotas como todos. Porém, não poderia deixar de destacar que viver a experiência da transexualidade fora não só o motivo de todas as entrevistas como em grande parte definidora de diversas discriminações em suas vidas. Foi um difícil equilíbrio, pois eu não queria enquadrá-las em um rótulo que ficasse distante das pessoas não transexuais, mas também queria destacar suas vivências trans, não só por elas serem definidoras de grande parte de suas experiências e discriminações, como também por achar que minimizar a transexualidade e que ela causa diversas dificuldades e sofrimentos seria politicamente negativo ao

movimento pela visibilidade das identidades trans.

Em muitos momentos me questioneei quanto a descrições físicas e juízos que imprimi no texto, perguntando-me se as fontes irão gostar ou não do que escrevi, se irão se chatear de alguma forma, se ele será de alguma maneira contraproducente para as lutas de travestis e transexuais. Desde a apuração sinto que tenho uma “dívida” com todas essas pessoas, por terem dedicado tempo de suas vidas em entrevistas comigo; por terem contado muito de suas experiências e trajetórias para uma completa desconhecida; por terem aberto as portas de uma instituição de 22 anos (ADEH) em Florianópolis para que eu pudesse realizar o trabalho; por terem revivido através da narração momentos extremamente dolorosos; por terem relatado diversas coisas ilegais que fizeram com um gravador ligado e sem esconder seus nomes nem rostos; por confiarem em meu trabalho sem jamais terem lido uma linha sequer de qualquer coisa que eu escrevi.

Em contrapartida, eu não queria escrever algo acrítico, completamente elogioso, ingênuo ou que desconsiderasse aspectos importantes para não desagradá-las. resolver em partes essa preocupação, optei por fazer descrições físicas honestas, da mesma forma que eu faria para qualquer outra fonte, seja ela identificada como homem, mulher, travesti, pessoa trans não-binária, mulher transexual, homem transexual, entre outras identidades de gênero. O mesmo critério adotei para falar sobre características pessoais das fontes, me permiti escrever alguns juízos que faria independentemente de qualquer identidade de gênero ou orientação sexual, como descrição de trejeitos, sorrisos, risadas, expressões faciais. Não procurei imparcialidade nem qualquer neutralidade ou verdade sobre nada, me guiei por uma “honestidade” comigo mesma. Imagino que nem todas irão gostar de suas descrições, da impressão que imprimi delas ou da descrição da sede da ADEH, por exemplo, mas optei por me manter honesta às minhas percepções para encontrar um equilíbrio que não prejudicasse o grupo, a luta das pessoas trans nem o texto – e isso me foi bastante complicado.

Outro questionamento que me fiz durante o processo de escrita foi sobre não ter tido a possibilidade de confirmar diversas histórias e mesmo a inconstância das fontes nos discursos, principalmente no que dizia respeito a lembranças de muitos anos atrás. Algumas se situaram com mais facilidade e lembravam de datas e detalhes, outras contavam as coisas de forma mais vaga. Muitas histórias não pude confirmar, porém acredito que não seja esse o foco do livro: meu foco foi, desde o princípio, valorizar os depoimentos dessas pessoas, ouvir atentamente o que elas tem a dizer e transmitir isso

no texto. Acredito que conferências como se foi daquele jeito exatamente que a pessoa foi intimidada ou se foram aqueles motivos ou outros que a levaram a tomar certas atitudes adquirem menos peso frente aos seus relatos e experiências.

Escrevi o livro como se fossem cinco grandes-reportagens-conto, de acordo com a definição de Sodré e Ferrari (1986), com a intenção de que juntas pudessem revelar algo sobre um contexto maior das dificuldades e lutas das pessoas transexuais.

A reportagem-conto começa por particularizar a ação: escolhe um personagem para ilustrar o tema que pretende desenvolver. [...] Geralmente particulariza a ação em torno de um único personagem, que atua durante toda a narrativa. Os dados documentais entram dissimuladamente na história e o texto aproxima-se tanto do conto, que incorpora até fluxos de consciência dos personagens. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.77)

Procurei seguir as características que Sodré e Ferrari (1986) descreve como essenciais para a construção de uma reportagem: 1) clareza – objetividade narrativa, com vistas à compreensão imediata; 2) condensação – concentração e síntese com que se manipulam os recursos narrativos e descritivos; 3) tensão – sequenciar os elementos de uma forma que levem a um ponto de interesse máximo da história, com retardamento proposital da narrativa para criar um “suspense” necessário à manutenção da curiosidade do leitor; 4) novidade – pode estar ligada a uma história surpreendente ou também à observação diferente de qualquer assunto.

Os capítulos foram definidos por temas que, a partir das leituras e apuração, acreditei que englobavam de forma geral algumas dificuldades, modos de vida e superações das pessoas transexuais. Optei por contar a história de uma pessoa em cada capítulo e que essa história fosse ilustrativa do tema definido. Em três capítulos eu conto a história de mais de uma pessoa por acreditar que a história “principal” se cruzava muito com a outra e assim, vi uma oportunidade de agregar mais informação e diversidade ao trabalho.

O primeiro capítulo foi sobre “infância e adolescência”, para mostrar essa fase da vida tão desconsiderada e desafiadora quando se fala em travestis e transexuais. O segundo capítulo trata da “prostituição” e de uma das maneiras mais comuns de se prostituir entre travestis e transexuais. Ainda que seja um tema geralmente relacionado à população trans e eu quisesse também quebrar esse estigma, o fato é que 90% das travestis e mulheres transexuais brasileiras, de acordo com pesquisa da Antra, trabalha

na prostituição. Acreditei que isso não poderia ser ignorado, novamente caindo naquele dilema de querer fugir de estereótipos, mas questionar-me até que ponto negar essa realidade também não seria prejudicial politicamente e desonesto de minha parte. No terceiro capítulo quis focar na aplicação de silicone industrial, outro tema que podia reforçar estereótipos ao mesmo tempo em que é com grande frequência presente na vida de travestis e mulheres transexuais. No quarto capítulo, com o tema das trans que também são *drag queens*, pretendi explicitar que há outras realidades possíveis para essas pessoas – ainda que sejam as exceções – e demonstrar que elas muitas vezes conseguem outros empregos e também estão presentes nas universidades. Com o último capítulo, quis mostrar a dificuldade e intensa burocracia que ainda impedem o acesso pleno à saúde por parte das pessoas trans, o que lhes é extremamente prejudicial por que as faz recorrer à hormonização por conta própria, aplicações de silicone industrial e consultas e cirurgias particulares que muitas não podem pagar. Também pretendi demonstrar que as normas rígidas de gênero não estão ausentes do trabalho nessas instituições nem da concepção do processo transexualizador, representando mais uma barreira ao acesso das pessoas trans ao Sistema Único de Saúde.

Os textos foram escritos da metade de maio ao fim de junho. Utilizei descrições de cenas, lugares e pessoas e diálogos para dar realismo, ritmo e certo suspense a algumas histórias. O livro tem 154 páginas e foi dividido em cinco capítulos: *Chris, desde sempre*, com 28.943 caracteres; *Um lugar à sombra*, com 53.833 caracteres; *A dor da beleza*, com 35.314 caracteres; *A força do palco*, com 74.267 caracteres; e *Acima de qualquer definição*, com 29.095 caracteres.

4.4 FORMATO E DIAGRAMAÇÃO

Durante o trabalho concentrei demasiado tempo na apuração, transcrição, redação e edição dos textos, fora as obrigações acadêmicas com outras disciplinas e meu emprego, e acabei por dedicar pouco tempo à diagramação. Foi então que uma amiga, Alice da Silva, ofereceu-se para diagramar o livro, o que aceitei prontamente, porque além da falta de tempo também me faltam habilidades estéticas e sou bastante atrapalhada para diagramar. O que decidimos em conjunto foi a posição das ilustrações, o formato de 14 centímetros de largura por 21 centímetros de altura – uma folha A5 – e que a fonte seria com serifa para facilitar a leitura. O restante ficou a cargo dela.

4.5 EDIÇÃO E REVISÃO

A edição começou durante a transcrição, quando já não escrevia algumas partes que considerava desnecessárias ao texto. Após a transcrição eu definia o que escrever e o que excluir do que fora transcrito. As epígrafes foram selecionadas a partir de filmes, textos que as fontes haviam compartilhado na internet ou de frases suas durante a entrevista. Decidi colocá-las para chamar a atenção para a leitura do capítulo e também para que funcionassem como um resumo da mensagem que eu queria transmitir. Ao final de um dia de trabalho, eu revisava e editava o trecho escrito naquele período. Conforme terminava o capítulo, revisava novamente e enviava para o orientador, Mauro César Silveira, realizar sua leitura crítica e apontamentos. Ao final de todos os capítulos escritos, observei as sugestões do orientador e dos amigos que leram e comecei nova edição e revisão a partir delas. Os títulos foram a última coisa a ser feita, também com auxílio do orientador.

4.6 ANEXO

Ciente de que temas relacionados a sexo e gênero são complicados e possuem diversas nomenclaturas, escrevi um glossário de alguns termos ao final do livro para que eles ficassem claros a todos.

4.7 ILUSTRAÇÕES

A ideia de colocar ilustrações surgiu de conversas com amigas e foi definida durante uma conversa com Alice da Silva, quem diagramou o livro. Ela me indicou a ilustradora Luana Marques. Conversei com Luana sobre o trabalho e passei algumas diretrizes do que queria com as ilustrações ao final de maio. A partir das nossas conversas, ela fez a capa e as três ilustrações que compõem o livro. O número de ilustrações foi limitado pelo pequeno orçamento que eu possuía.

5 CUSTOS

O orçamento total foi de R\$ 685,00 e custeado pela aluna.

Descrição	Valor
Deslocamentos	R\$ 200,00
Ilustrações	R\$ 175,00
Diagramação	R\$ 150,00
Impressão de 4 exemplares	R\$ 160,00
Total	R\$ 685,00

6 DIFICULDADES E APRENIZADO

Uma das maiores dificuldades encontradas na realização deste Trabalho de Conclusão de Curso foi adequar o processo de escrita e edição à principal finalidade do trabalho: tentar despertar empatia para as histórias de pessoas que enfrentam discriminações e perigos por se afirmarem como transexuais ou travestis em uma sociedade que insiste em colocá-las à margem e tentar desconstruir as severas normas de gênero. A vontade de, considerando as limitações de um TCC, dar visibilidade às lutas de pessoas trans e não perpetuar preconceitos esbarrou por muitas vezes em dificuldades na escrita e em decisões de excluir ou incluir determinados aspectos da história. Como já citado, a solução foi encontrada na procura de um equilíbrio entre as vontades políticas do trabalho com a honestidade a partir do que ouvi, presenciei e percebi, considerando que minha percepção era de a alguém que não viveu as experiências de transexualidade.

Alguns temas como a prostituição, no segundo capítulo, foram bastante complicados de serem escritos também pelas intenções do trabalho. Tenho consciência de que o que muitas *mamis*, como as chamei no livro, fazem é comparável a atividades de cafetinagem e umas são mais rígidas que outras. Ouvi de algumas mulheres transexuais fortes críticas a todas as “donas de casas”. Fui visitar a casa de uma delas e de que elas omitiriam muito. Em contrapartida, Rita me contou muitas coisas que não precisava ter contado, falou abertamente sobre como funcionam as casas e o que ela e outras costumam fazer. Todas as meninas que entrevistei pareceram de fato bastante tranquilas. Questionei-me o tempo todo o que mais elas poderiam estar escondendo, se estavam sendo de fato exploradas, o que eu poderia captar dali que escapava à minha percepção. No entanto, quem sou eu para dizer que elas não devem morar nessas casas? Quem sou eu para dizer que algum modo de vida delas está errado? A meu ver, inexperiente e de quem passou apenas duas noites com elas, o carinho delas com Rita de fato existe e é recíproco. Pensei que não cabia a mim julgar nem fazer um retrato de Rita pior que o que encontrei apenas para não parecer ingênua no texto. Sei que muitas de suas atividades são ilegais, mas me senti inexperiente e muito alheia a este mundo para imprimir mais juízos do que fiz no capítulo.

Há outras *mamis* na cidade, pelo pouco de informação que tenho, mais violentas que Rita, que provavelmente não gostariam de ver todo seu esquema explicitado e

descrito. Por isso senti também receio em ir falar com as outras e em citar seus nomes. Ainda tenho um pouco de receio sobre o que escrevi neste segundo capítulo, pois é certo que as outras *mamis* não vão gostar muito, e talvez nem Rita imaginasse que eu fosse escrever isso, embora eu considere que não exagerei na crítica. O segundo capítulo foi com certeza o mais difícil de escrever, tanto por esses questionamentos quanto por organizar sua estrutura.

A estrutura dos capítulos foi também uma das minhas maiores dificuldades, pois havia um volume muito grande de informações dispersas, colhidas em dias diferentes e sobre muitas pessoas diferentes. Definir quais histórias entrariam, quais seriam os capítulos e como eu organizaria todas as informações foi bastante difícil. Essa foi a oportunidade também em que apurei e escrevi com mais profundidade durante todo o Curso, e a falta de experiência em organizar tantas informações, escrever textos maiores e editá-los fez com que eu sentisse bastante dificuldade em todos esses processos.

Outro fator que influenciou demasiadamente no trabalho foi o curto tempo disponível para fazê-lo. Ainda que o tema tivesse sido decidido no semestre anterior, pude apurar apenas algumas semanas em dezembro e só retomei o trabalho no início de março, ainda com o intuito de produzir uma grande-reportagem impressa. Durante a apuração decidi mudar completamente o foco do trabalho, o que fez com que as perguntas e as entrevistas mudassem e eu tivesse de marcar novos encontros. À parte o TCC, cursei outras disciplinas da graduação e tenho emprego fixo em uma empresa. Considero que, no afã de querer contar tantas histórias, explorar tantos aspectos e me desafiar a escrever um livro, talvez tenha me imposto obrigações demais a serem cumpridas em pouco menos de quatro meses (de primeiro de março ao dia 25 de junho, quando tive de terminar o trabalho para enviá-lo à gráfica).

Apesar dessas dificuldades, e de outras, acredito que pude me desafiar no último trabalho enquanto graduanda, consegui experimentar formas diferentes de escrever, explorar a liberdade que um trabalho como esse oferece e agir na direção do que acredito ser uma das funções do jornalismo: escancarar preconceitos, questionar o que está definido e trabalhar em prol de Direitos Humanos.

7 REFERÊNCIAS

- ALVES, H; JESUS, J G. **Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais**. 2010. Disponível em: <<https://dlweb.dropbox.com/get> >. Acesso em: 2 de novembro de 2014.
- BENEDETTI, M R. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**. 2005. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=586&sid=43>>. Acesso em: 10 de abril de 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.
- CECCARELLI, P. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. *in* RIAL, C; PEDRO, J.M; ARENDE, S (orgs). **Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 269-285, 2010.
- CULLER, J. **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Becca. 1999.
- DA SILVA, A F. **Travestis e educação formal: diferença insuportável para o currículo**. Disponível em: <<http://itaporanga.net/genero/3/06/29.pdf>>. Acesso em: 1 de novembro de 2014.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, M. **A história da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- GENRO FILHO, A. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 1987. Disponível em <http://www.adelmo.com.br/index1.htm>. Acesso em: 2 de junho de 2015.
- GROSSI, M. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>.
- HARTMANN, J. **Identidades trans* em pauta: representações sociais de transexuais e travestis no telejornalismo policial brasileiro contemporâneo**. Florianópolis, julho de 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126181/Monografia%20Jennifer%20arquivo%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 de novembro de

2014.

IJUIM, J. K. **A humanização e desumanização do jornalismo: algumas saídas.** Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM – NP Jornalismo. Recife, setembro, 2011.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2012. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos#scribd>>. Acesso em: 2 de novembro de 2014.

JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais.** Petrópolis: Vozes, 2005.

KENNEDY, N. **Crianças transgênero: mais do que um desafio teórico.** 2010. Disponível em: <<https://dlweb.dropbox.com/get/TCC> >. Acesso em: 2 de novembro de 2014.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil.** Tradução de César Gordon. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

OLIVEIRA, Marcelo Jose. **O lugar do travesti em Desterro.** Florianópolis: COLOCAR EDITORA, 1997

PESSA, B. R. **Livro-reportagem: origens, conceitos e aplicações.** Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20C3%A9_%20para%20qu%20C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, H. R. S. **Travesti: a invenção do feminino.** Rio de Janeiro: Relume-Dumara: ISER, 1993.

SODRÉ, M; FERRARI, M. H. **Técnica de Reportagem: notas sobre a narrativa jornalística.** São Paulo: Summus, 1986.

VILELA, Y. **O erro comum e a paixão transexual.** Disponível em: <<http://www.institutopsicanalisemg.com.br> >. Acesso em: 1 de novembro de 2014.